MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Coleção
IBEGEANA

notícias

2ª col.
I G E
-B CA NTRAL
N.º R. 1102-G/B
Data 30.01.84

B O L E T I M I N F O R M A T I V O – ANO 6 – Nº 31

SETEMBRO–OUTUBRO/73

SUMÁRIO PÁGINA

Geográficas

IBGE CONCLUI PESQUISA SOBRE SISTEMA UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO 2

Documentação & Informação

SISTEMA MUNDIAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA 4
CENTRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO 6

Conservacionismo

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM DECRETO PRESIDENCIAL 7

Editoriais

Novos lançamentos
ATLAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 2º volume 8
BOLETIM GEOGRÁFICO, nº 233 8

Próximos lançamentos
GEOGRAFIA DA GUANABARA – 2ª edição 9
NOVO PAISAGENS DO BRASIL – 4ª tiragem 9
CURSO PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA, nº 19 9

8 087 Livre circulação

Desenvolvimento da Pesquisa e Metodologia. No período 1971/72, foram concluídas as etapas 1 e 2 sobre os assuntos:

Análise Espacial do Sistema Universitário Brasileiro — Com base nos princípios da teoria das localidades centrais, este estudo partiu da hipótese de que para cada tipo,de curso deve haver uma dimensão de mercado que justifica sua implantação, como também outra dimensão que explica o aparecimento daquele mesmo curso em outros centros. Admite ainda que os cursos em sua localização espacial tendem a se agrupar de modo taxinômico sendo possível definir tipos de centros com os mesmos tipos de curso;

O Sistema Universitário Brasileiro, um Estudo de Análise Fatorial — Teve por finalidade a definição das cidades que na estrutura atual do ensino superior no País atuam como "pólos-educacionais";

Processo de Difusão das Escolas Superiores no País — O principal objetivo deste estudo foi obter uma visão de como vem se processando a difusão do ensino superior identificando quais os ramos de ensino em que se faz sentir de forma mais acentuadas uma interiorização dos estabelecimentos e as áreas de maior ou menor concentração de escolas de nível superior;

Padrões Educacionais das Regiões Brasileiras — Para verificação das correlações entre o nível educacional e os diferentes setores da atividade econômica e o grau de urbanização das Grandes Regiões Brasileiras.

Todos estes estudos foram realizados com base em estatísticas educacionais a nível de grandes regiões, estados e cidades.

Subsídios à Organização Espacial do Sistema Universitário. Em agosto de 1973, foram completados os estudos relativos à terceira etapa dos trabalhos do Convênio IBGE-CFE. Tais estudos designados pelo título geral de "Subsídios à Organização Espacial do Sistema Universitário" compreenderam cerca de 120 páginas referentes ao relatório geral de sínteses complementado por 8 anexos, com total de 171 páginas, 39 tabelas e 78 ilustrações, versando sobre:

1 — a função universitária dos centros urbanos;

2 — a distribuição dos cursos de graduação segundo entidades mantenedoras;

3 — área de influência dos centros universitários e local provável de trabalho de seus formandos;

4 — percepção de calouros quanto à escolha da unidade universitária em que vão estudar;

5 — cursos raros;

6 — distribuição geográfica de formandos formados e das ocupações correspondentes a profissionais de nível superior;

7 — percepção e comportamento dos estudantes formandos em relação ao mercado de trabalho, tendo em vista locais prováveis de trabalho e formas de obtenção de emprego;

8 — percepção dos estudantes formados quanto a ramos de atividades e posição na ocupação.

Conclusões. Os resultados principais obtidos referem-se a um modelo de regionalização, calcado na organização de "áreas de influências" ou "áreas de atendimento" de centros universitários. Estas áreas de influência se prestam à definição de unidades geográficas para a realização de análises e de determinados planejamentos a nível local. Como se sabe, o estabelecimento de modelos regionais, representativos da projeção espacial de setores de atividades assume grande importância para o estudo e planejamento destes setores.

Foi possível estabelecer relações entre fluxos de calouros e fluxos prováveis de formandos, com base na análise da percepção dos estudantes e nos dados do Censo Demográfico. Deste modo, puderam ser identificadas as cidades como pontos de concentração, etapas de migração, centros satélites, ou centros de regionalização, estas últimas quando distribuem profissionais de nível superior em sua própria região.

Tendo em conta todas estas características, foi criado um segundo *modelo de regionalização,* onde as unidades, do modelo anterior foram agregadas em um número menor de unidades, 59 ao todo. Estes espaços que possuem determinada solidariedade em seus processos de evolução se constituem em subsídio básico para a definição de **distrito geo-educacionais** e podem ser caracterizados segundo 7 padrões:

— padrão metropolitano; — padrão de eixo de industrialização; — padrão de lugares centrais industrializados; — padrão de lugares centrais; — padrão de eixo de transporte; — padrão de cidade-primaz; — padrão de espaço vazio.

DOCUMENTAÇÃO & INFORMAÇÃO

A implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica consta do item **ordenar e acelerar a atuação do Governo**, capítulo II, parte II, do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — 1972/74. Com vistas ao assunto e a recente instituição do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, o **BI**, a partir deste número, transcreve de **notícias**, v. 4, nº 4, do IBBD, excertos do trabalho da autoria de A. Wysocki, apresentado à 35ª Conferência Geral da FID e Congresso Internacional sobre Documentação—Buenos Aires, 14 —24 de setembro de 1970. O autor é Diretor da Divisão de Documentação e Informação Científica da UNESCO.

SISTEMA MUNDIAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA (UNISIST)

A. Wysocki

O estudo conjunto ICSU-UNESCO sobre a viabilidade de criação de um Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST) está exposto sob três aspectos diferentes: primeiro, como uma filosofia, uma reafirmação dos princípios tradicionais de comunicação científica internacional, em termos adequados aos sistemas modernos; segundo, como um movimento que objetiva formalizar,acelerar, dar estabilidade e reconhecimento às tendências atuais de cooperação e compatibilidade de sistemas; terceiro, como uma futura organização destinada a iniciar e catalizar atividades visando fomentar essas tendências. Os antecedentes históricos e as recomendações para implementação do UNISIST são apresentados.

UNISIST é o nome dado ao estudo sobre a exeqüibilidade de criação de um sistema mundial de informação científica. Tanto pela falta quanto pelo propósito é, também o anacronismo usado para definir o programa de incremento de uma rede voluntária de cooperação, que se sucederá à fase de estudos, agora que um relatório demonstrou sua conveniência e viabilidade.

Antecedentes. Em 1966, o Conselho Internacional de Uniões Científicas (ICSU), em sua 11ª Assembléia realizada em Bombaim, aprovou a criação de um Commitê para examinar a praticabilidade de um sistema mundial de informação científica, objetivando o alcance de compatibilidade entre os programas de armazenamento e recuperação da informação científica, existentes e em perspectiva.

Nesse ínterim, a UNESCO — com seus conceituados e ativos programas de incremento da comunicação científica — vinha se ocupando do estudo de assuntos paralelos e havia desenvolvido planos preliminares para realização de uma conferência internacional sobre informação científica. O Presidente do ICSU propôs ao Diretor-Geral da UNESCO, em abril de 1966, que as duas organizações internacionais, a primeira não governamental, e a outra intergovernamental, estudassem conjuntamente a possibilidade de estabelecer um sistema mundial de informação científica, baseado na conquista de um nível maior de cooperação entre os serviços de informação científica existentes e em vias de desenvolvimento.

Uma reunião de estudos, com a finalidade de traçar as linhas mestras do estudo, teve lugar na sede da UNESCO, em Paris, em janeiro de 1967. Novamente, enfatizou-se que qualquer sistema a ser criado deveria ser uma rede flexível, fundamentada na cooperação voluntária de serviços de informação existentes e futuros; o sistema seria limitado, no início, ao campo das ciências naturais, de interesse das uniões filiadas ao ICSU e dedicaria especial atenção às necessidades crescentes do cientistas de países em desenvolvimento; ao mesmo tempo, deveria fixar-se no estudo dos problemas de normalização, seleção e adequação, envolvendo estritamente a participação dos próprios cientistas.

Sob essa orientação, instituiu-se um Comitê para conduzir esses estudos, composto de especialistas de diferentes países, presidido pelo Prof. H. Brown, Secretário de Assuntos Exteriores da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América.

Foram criados grupos de trabalho, presididos por membros do Comitê Central, com objetivo de conduzir estudos em áreas consideradas significativas por aquele Comitê, tais como: normas bibliográficas (juntamente com ICSU/AB), problemas linguísticos, informação científica nos países em desenvolvimento, necessidades de pesquisa e avaliação, condensação e organização da informação e classificação. Esses grupos de trabalho apresentaram relatórios, os quais serviram de subsídios para o relatório final.* (continua no próximo número)

---

* Relatório do UNISIST, cujo texto final foi aprovado em 1970.

CENTRO DE ANÁLISES DA INFORMAÇÃO

Em face da rapidez com que se processa atualmente a pesquisa científica e tecnológica, gerando grande massa de informações, a cada instante torna-se mais e mais difícil ao especialista manter-se atualizado com os últimos avanços no setor do seu interesse e em áreas correlatas. Daí, sob o ponto de vista da documentação, a importância de que se reveste o estabelecimento de um centro de análise, avaliação e síntese crítica da informação.

Por essa análise, torna-se possível a introdução de medidas que contribuam no sentido de reduzir o número de publicações que cada cientista ou técnico precisa ler a fim de atualizar-se,e, complementando essa atualização, a edição de revistas de resumos críticos e analíticos. De grande interesse, também, é a análise da informação para o preparo de *thesauri:* vocabulários controlados de termos normalizados associados e estruturados, sendo seu principal objetivo auxiliar o usuário a encontrar o termo certo para determinado significado.*

O Centro em linhas gerais estaria incumbido de analisar e avaliar a informação bibliográfica considerando a informação sob o enfoque da documentação — *idéia materializada e simbólica contida em qualquer documento.* Essa avaliação obedeceria a um conjunto de operações objetivando "representar" um documento dado sob a forma diferente do original e resumida para facilitar a consulta ou sua localização por cientistas interessados.

Pessoal. De formação superior, especialistas no tipo de informação objeto da análise ou em áreas de conhecimentos técnico-científicos ligados às atividades fins do Centro. Esse pessoal deve ser de alta qualificação e com domínio de pelo menos dois idiomas estrangeiros de maior penetração internacional. Imprescindível também grande experiência profissional a fim de que se possa determinar com segurança, o valor da *literatura pesquisada* tendo-se em conta as tarefas de investigação da instituição e dos usuários em geral. Tal prática exige análise crítica da documentação científica existente. Compendiar em extrato, a substância de cada documento importante da literatura técnica pressupõe registrar todos os elementos significativos que contenha.

Documentos básicos. Repertórios bibliográficos e nacionais, guias de pesquisa; dicionários lingüísticos e de terminologia, etc.

Tradução. Tradução eventual de resumos selecionados em revistas de resumos ou de artigos originais estrangeiros.

Método. Este conjunto de funções é representado na "ficha-documento", folha tipo ofício, com o nome do autor, título do artigo, editor, local, nome da revista ou livro, número, ano, paginação, mes, volume, ilustração, origem, preço, resumo, autor do resumo, termos, termos adicionais, classificação científica, traduzido para ..., difusão autorizada. "Ficha-documento", número, etc.

* Os números 18, 19 e 20 deste BI publicaram matéria sobre *thesauri.*

Ao fim desse conjunto de operações, a "ficha-documento" seria entregue ao grupo responsável pela Indexação Normalizada que se encarregaria dos processos da informação bibliográfica, bem como da normalização de boletins com resumos críticos e analíticos feitos pelos cientistas da área de conhecimento em processo de documentação, à semelhança de publicações da mesma espécie, de resumos indicativos elaborados por biblioteconomistas, documentalistas e outros profissionais da mesma área.

CONSERVACIONISMO

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM DECRETO PRESIDENCIAL

O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, baixou Decreto em 30 de outubro de 1973, de nº 73.030, criando no âmbito do Ministério do Interior, a **Secretaria Especial do Meio Ambiente** – SEMA, órgão autônomo de administração direta, orientado para a **conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais.** O Ministério do Interior atuará em articulação com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que examinará principalmente as implicações para a conservação do meio ambiente, da estratégia do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico, este último aspecto em coordenação com o Conselho Nacional de Pesquisas.

Compete ao SEMA:

a) acompanhar as transformações do ambiente através de técnicas de aferição direta e sensoreamento remoto, identificando as ocorrências adversas, e atuando no sentido de sua correção;

b) assessorar órgãos e entidades incumbidas da conservação do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais;

c) promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos, que assegurem o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento econômico e social;

d) realizar diretamente ou colaborar com os órgãos especializados no controle e fiscalização das normas e padrões estabelecidos;

e) promover, em todos os níveis, a formação e treinamento de técnicos e especialistas em assuntos relativos à preservação do meio ambiente;

f) atuar junto aos agentes financeiros para a concessão de financiamento a entidades públicas e privadas com vistas à recuperação de recursos naturais afetados por processos predatórios ou poluidores;

g) cooperar com os órgãos especializados na preservação de espécies de extinção, e na manutenção de estoques de material genético;

h) manter atualizada a Relação de Agentes Poluidores e Substâncias Nocivas, no que se refere aos interesses do País,

i) promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente.

O *Boletim Geográfico,* num dos próximos números, transcreverá o Decreto 73.030, na seção legislativa de interesse geográfico e cartográfico.

EDITORIAIS

ATLAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 2º Volume

Acaba de ser editado o 2º volume do *Atlas de Relações Internacionais,* caderno especial da autoria dos professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, que acompanha cada exemplar da *Revista Brasileira de Geografia.* A segunda coletânea do ATLAS reune os fascículos de nº 13 ao 24.

BOLETIM GEOGRÁFICO, Nº 233

Já em circulação, publica os seguintes assuntos:

Artigos: "Modelos de Desenvolvimento Econômico", D.E. Keeble; "Perspectivas de Desenvolvimento das Ciências Geográficas", Stanislaw Leszczychi; "Sete Princípios para Geógrafos", K.M. Clayton; "Apontamentos – à margem da divulgação técnica e científica, teoria da informação e comunicação, e recuperação de dados", Lélio C.Barroso; "Previsão das Secas Nordestinas – Testes Estatísticos", Adalberto Serra; "O Proterra – justificativa para sua aplicação nas Áreas Prioritárias do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)", Catharina Vergolino Dias.

Legislação. (de interesse geográfico e cartográfico): Decreto-Lei nº 70.999, de 17 de agosto de 1972 – Institui o Programa do Trópico úmido; Decreto nº 71.267, de 25 de outubro de 1972 – Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.177 de 21 de junho de 1971, que dispõe sobre aerolevantamentos no território nacional; Decreto nº 71.791, de 31 de janeiro de 1973 – Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo; Decreto nº 72.062, de 6 de abril de 1973 – Cria o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI); Decreto nº 72.144, de 26 de abril de 1973 – Altera o artigo 2º do Decreto nº 45.954, de 30 de abril de 1959, que cria o Parque Nacional de Ubajara no Estado do Ceará.

O BG publica ainda seções dedicadas a resenhas bibliográficas e noticiário.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

GEOGRAFIA DA GUANABARA – 2ª edição

Refletindo a renovação que vem se processando na Guanabara em decorrência de uma população que cresce e progride, o IBGE, lançará, brevemente, a 2ª edição da *Geografia da Guanabara*, de autoria da geógrafa Ceçary Amazonas. Essa edição apresentar-se-á com feição mais dinâmica, reformulada e atualizada e tem em vista o estudante da geografia carioca e, principalmente, a rede de ensino do Estado da Guanabara.

NOVO PAISAGENS DO BRASIL – 4ª tiragem

Tendo em vista o grande interesse que vem despertando no meio estudantil e do público em geral, está sendo ultimada a 4ª tiragem do *Novo Paisagens do Brasil*, edição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CURSO PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA, nº 19

O volume 19 do Curso de Férias para Professores de Geografia, em breve, estará à disposição dos interessados. Esse número refere-se ao Curso realizado na Guanabara, em julho/72, seguindo programa especial em que se correlacionou a Geografia do Brasil à História. Os assuntos apresentados foram orientados pela metodologia geográfica.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO GEOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA

– Novo endereço

Desde 13 de julho do corrente, o Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO) – Direção Geral, Divisões de Edições, e Sistematização da Informação e o Centro de Cooperação Técnica – está atendendo em novas instalações na Av. Augusto Severo, 8 - 2º andar.

Os pedidos de aquisição das publicações sobre Geografia e Cartografia editadas pelo IBGE devem ser endereçados ao Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica – DEDIGEO Av. Augusto Severo, 8 - 2º andar – Lapa – 20.000 – Rio de Janeiro Guanabara – Brasil.

DivEd/Or-ajm.

Impresso na DECART Serviço de Reprodução